

Brasil tem três sugestões para não pagar os juros de setembro

por Getúlio Bittencourt
de Nova York

O comitê assessor de bancos recebeu três sugestões dos negociadores brasileiros na sexta-feira para resolver o impasse criado com a decisão do governo de não pagar os US\$ 2,3 bilhões de juros aos bancos comerciais este mês sem receber dinheiro novo dos credores.

"Os bancos estão estudando as sugestões, e ficamos de ter outra reunião no próximo dia 21", disse um dos banqueiros a este jornal. "Os bancos consideraram muito construtivo que nós apresentássemos sugestões para resolver o problema", disse o secretário internacional do Ministério da Fazenda, diplomata Sérgio Amaral.

O diretor da Área Externa do Banco Central, Arnim Lore, disse que "vie-

mos explicar nossa situação e lembrar que nós montamos um cenário". O cenário prevê o fortalecimento das reservas ao nível de pelo menos US\$ 6 bilhões neste ano de sucessão presidencial.

A reunião teve três temas, de acordo com Sérgio Amaral: uma atualização sobre a economia brasileira no momento, com o governo acreditando na perspectiva de lentamente baixar a curva da inflação; o volume de crédito de que o País necessitará para compor as contas externas, de acordo com diferentes cenários; e um leque de alternativas para resolver o problema do pagamento dos juros em setembro.

O leque inclui três alternativas. A primeira prevê o desembolso da terceira parcela de dinheiro novo dos bancos, de US\$ 600 milhões, que o contrato prevê

que só pode ser liberado se o País conseguir um acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI).

Os advogados trataram aqui de uma formalidade burocrática. O País precisa pedir formalmente a liberação dos recursos antes do prazo legal de 30 de setembro próximo, ou perderá o direito a essa tranche. Por isso a reunião foi marcada para 21 de setembro, nove dias antes do prazo fatal, para ver se até lá o desembolso está feito através de um acordo com o FMI, ou se outras possibilidades serão exploradas.

Uma delas já foi colocada em prática. É o pedido de extensão do prazo de liberação da terceira tranche por alguns meses, quem sabe até janeiro do próximo ano, para evitar que ela seja cancelada se houver demora no acordo com o FMI e na

definição de opções. A segunda proposta brasileira no seu leque de opções oferecido sexta-feira é a de alguma forma de financiamento nova, já prevista no acordo do ano passado. A terceira é inteiramente nova e prevê algumas modalidades de redução da dívida, na esteira do Plano Brady, que nem Amaral nem Lore quiseram detalhar.

"Os bancos preferiram uma abordagem degrau por degrau", concluiu Sérgio Amaral. "Eles devem mandar uma missão do subcomitê econômico ao Brasil para trabalhar com os números que apresentamos. E decidir a quem concentrar-se no problema imediato que é o desembolso da terceira tranche e da viabilização do pagamento dos juros, enquanto estudam as outras alternativas".